

GEOGRAFIA DO CAPITAL NA ESTRUTURAÇÃO DOS AGRO- HIDRO-NEGÓCIOS: A recente expansão da indústria hidrelétrica na Amazônia mato-grossense

Ivan de Sousa Soares¹
Valdssandro Lima Campos²

Resumo

O artigo pretende discutir pontos e hipóteses iniciais concernentes aos recentes processos de expansão da indústria hidrelétrica em Mato Grosso, com ênfase em áreas já consolidadas pela atividade da agricultura capitalista, portanto de expansão da fronteira agrícola. Outro ponto central das descritas áreas é o fato de que se constituem como de “ocupação recente”, em função das diferentes estratégias ensejadas no período militar para domínio territorial, nessa área de transição para a floresta, portanto de nascentes de rios que abastecem a grande bacia amazônica. O artigo pretendeu levantar questões iniciais da expansão da indústria hidrelétrica em Mato Grosso, sobretudo considerando suas relações com áreas históricas de expansão do agronegócio na formação daquilo que busca-se conceituar como *arco dos agrohidronegócios* de Mato Grosso.

Palavras- chave: agrohidronegócios, Recursos Hídricos, Amazônia mato-grossense

Introdução

O artigo pretende discutir pontos e hipóteses iniciais concernentes aos recentes processos de expansão da indústria hidrelétrica em Mato Grosso, com ênfase em áreas já consolidadas pela atividade da agricultura capitalista, portanto de histórica expansão da fronteira agrícola. Outro ponto central das descritas áreas, assenta-se no fato de que se constituem como de “ocupação recente”, haja vista, as diferentes estratégias ensejadas no período militar para domínio territorial na transição para a floresta, portanto de nascentes dos principais rios que abastecem a grande bacia amazônica. Destarte o artigo enveredou por levantar questões iniciais da recente expansão da indústria hidrelétrica no norte de Mato Grosso.

Nos diferentes processos de territorialização do capital na região, cabe destacar a especificidade histórica da porção da Amazônia mato-grossense em função das diferentes políticas territoriais ensejadas, tanto por ações para a Amazônia Legal brasileira, quanto para a região centro-oeste, dessa forma guardando especificidades na mediação do Estado com o

¹ Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, Campus Vale do Teles Pires. ivangeo@unemat.br

² Graduação em Licenciatura em Geografia e agente da Comissão Pastoral da Terra- CPT.

capital, o que aponta para a grande diversidade de conflitos e disputas, tendo a luta pela terra como componente central dessa produção do espaço.

Segundo Pícoli (2012), essa territorialização do capital se deu dotada de ampla aplicação financeira por meio de grandes projetos econômicos nacionais e internacionais. No caso de Mato Grosso sobrepujando os grandes projetos agropecuários e de incentivos de migrações, por intermédio das empresas privadas de colonização, como ocorreu em diferentes municípios no limiar do norte do estado, sobretudo no período pós- 1964. Cabe destacar que esse processo “pioneiro” de ocupação da Amazônia Legal, assim como especificamente na porção mato-grossense da Amazônia, se deu à custa da violência contra as diferentes nações indígenas da região, onde avançou a prática da grilagem de terras nas ocupações das novas áreas de expansão agropecuária. Diante da recente territorialização dos hidronegócios na bacia do rio Teles Pires, como importante subdivisão da Bacia do Tapajós, se propõe classificar essa porção como “Arco dos agrohidronegócios em Mato Grosso”.

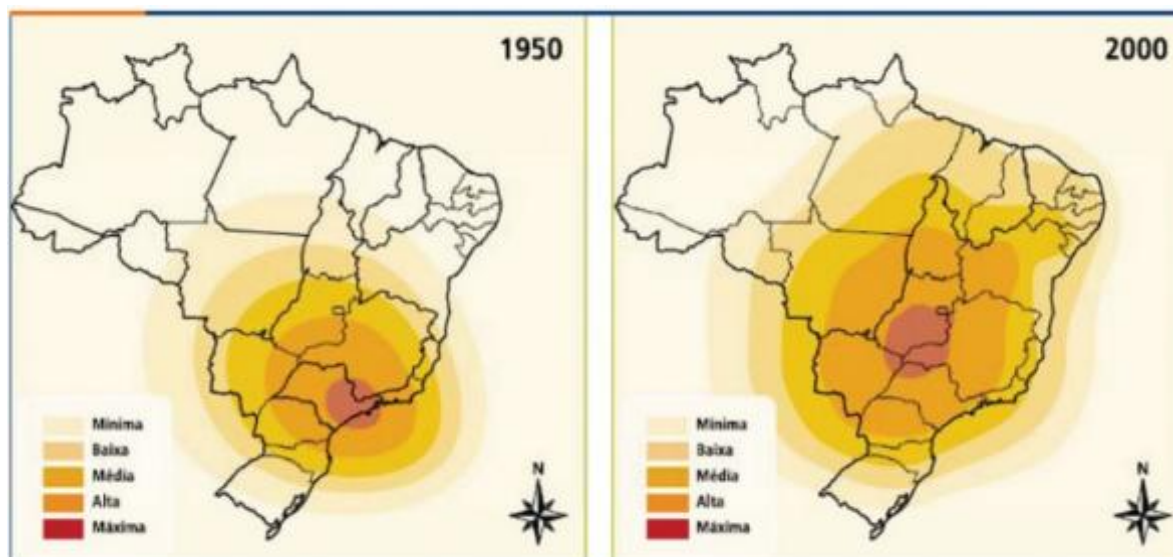
Assim como outras áreas de territorialização, como a recente região geoeconômica do MATOPIBA, a porção regional estudada passa por uma série de mudanças, as quais podem ser verificadas a partir da centralidade dos conflitos com as populações originárias da região, bem como por meio dos aparatos políticos e jurídicos forjados para a destituição e desmobilização das lutas dos povos.

Outro ponto que deve ser mensurado nesse debate da constante transformação dessa sub-região da Amazônia brasileira, assenta-se no fato de historicamente a rodovia BR- 163 se constituir como importante eixo de escoamento econômico e de colonização na região (BECKER, 2002) , atualmente passa por uma série de investidas do capital, tanto no processo de privatização pelos grandes grupos de construtoras, como pelos *lobbies* da bancada do agronegócio no estado de Mato Grosso, fato evidente na tentativa de fortalecimento da logística na região, com grande impacto ambiental na zona de influência da BR- 163, fato que pode ser evidenciado com a tramitação da medida provisória 756/2016, na qual se propõe a alteração dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim no Sul do estado do Pará.

Outro dado de grande relevância que contribui para problematizar sobre a região, é que segundo informações do Plano Nacional de Energia da Empresa de Pesquisa Energética-EPE, órgão do Ministério de Minas e Energia, até o ano de 2030 estima-se que as regiões Centro-Oeste e Norte juntas possuam o potencial hidrelétrico de 66 a 69% para aproveitando, dessa forma corroborando com a figura-01, no que tange a desconcentração e territorialização

dos hidronegócios para novas áreas, assim como em outras relações com as atividades da agricultura capitalista nessa porção da Amazônia Legal.

Figura 1- Evolução territorial do aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro



Fonte: EPE/ Ministério de Minas e Energia.

Ainda no documento produzido pela EPE (BRASIL, 2007), na bacia amazônica se previa que dos 835 MW aproveitados, após os inventários de 77.058, pode-se alcançar um total de 106.149 MW até o ano de 2030, o que pode representar 42,2% do total produzido no Brasil.

Diante dessa urdidura do capital, torna-se indispensável problematizar sobre as diferentes formas de acumulação capitalista, pelas quais os grandes grupos internacionais têm submetido os recursos hídricos, seja por meio da produção hidrelétrica, pelo abastecimento/ saneamento e/ou utilização na agricultura capitalista, o que em alguns casos ocasiona a monopolização e restrição do acesso da bacia hidrográfica pela população.

Diante das colocações e levantamentos iniciais, tornou-se possível problematizar sobre esse processo ainda em expansão, de modo apreender suas vinculações com a agricultura capitalista já estruturada na região, dessa forma podendo-se afirmar a existência de legítimos agrohidronegócios, ou como afirma Torres (2007), *hidroterritórios* do capital, em função da lógica estabelecida pelas empresas/ consórcios na escala regional.

A centralidade da água nos “novos” processos de acumulação capitalista e de injustiça social.

O debate em torno dos recursos hídricos tem se tornado central nos últimos anos nas diferentes perspectivas, tanto por meio dos fóruns decisórios das políticas de envergadura internacional protagonizada pelos grupos hegemônicos, quanto pelos diferentes grupos historicamente subalternizados .

Na mesma proporção, vale salientar que em nenhum momento da história do presente, o debate sobre os recursos naturais de modo geral tomou a dimensão polêmica como no contemporâneo, haja vista que os aspectos da chamada economia verde, por meio das diferentes narrativas/ discursos dos centros decisórios, impõe a recente lógica de valoração dos recursos naturais, conforme elucida O'Connor (2007), fato que torna cada vez mais complexa a atual relação sociedade-natureza, bem como as diferentes formas de apropriação social nas lutas de classes.

Nesse sentido, os processos de desregulação da água, sobretudo em sua ampla conversão em mercadoria, tem feito emergir uma recente trama do capital, bem como um novo paradigma nos processos de reprodução e acumulação capitalista, conforme aponta Deckwirth (2006), ao indicar o poderio de grandes grupos privados representados nos consórcios no controle e gestão dos recursos hídricos, portanto se convertendo como mecanismo de lucro no mercado internacional, fato promovido pelas últimas mudanças nos processos de governança constituídos durante o período neoliberal.

Segundo Deckwirth (2006), os grandes grupos empresariais de gestão de água e abastamento nos países centrais têm logrado relevante destaque na complexa urdidura do capital³ nos diferentes processos de *liberalización y privatización*, situação a qual pode ser legitimada pelos dados apresentados acerca das multinacionais e relação quantitativa de “clientes” atendidos pelos serviços de abastecimentos;

Cabe destacar, que não por acaso, no mesmo intento de obtenção de lucros por meio da apropriação capitalista dos recursos hídricos, empresas como o grupo franco- belga Suez que domina diferentes investimentos no setor, como ocorre com o consórcio liderado pelo grupo na construção da hidrelétrica de Jirau⁴, no complexo do rio Madeira, o que demonstra a

³ Segundo Deckwirth (2006), a Suez detém o maior mercado de abastecimento de águas com o atendimento de 125 milhões de clientes.

⁴ Vale ressaltar que a corporação Suez atua nos hidronegócios no Brasil no sistema de holding por meio da subsidiária TRACTEBEL- ENERGIA/ ANGIE.

grande envergadura dessas empresas nas diferentes escalas de ação, no processo de mercantilização da natureza, fato que aponta para o distanciamento da possibilidade da gestão democrática e popular dos recursos hídricos.

Com recente vocabulário *eco-capitalista* e seus diferentes direcionamentos semânticos, ergue-se toda uma ossatura de exploração capitalista, capaz de instituir uma complexa geopolítica ambiental, a qual converte os recursos naturais em possibilidade de reprodução do capital, embora tal trama já se faça presente em outras bases, a partir da inauguração da modernidade europeia durante a colonização ibérica, conforme esclarece Porto- Gonçalves (2012).

Embora a água enquanto recurso natural seja imaginada em sua inserção no ciclo hidrológico como modelo de circulação/ esquema teórico, por outro lado, como lembra Porto- Gonçalves (2005), deve-se elencar a água enquanto território, à medida que tem se inscrito diferentes conflitos/disputas pelo seu domínio e controle. Embora esse recurso natural seja diferenciado dos outros diferentes encontrados na natureza em função da sua “livre” circulação no sistema atmosférico, o domínio das grandes e pequenas bacias hidrográficas por meio de grandes obras de produção energética e/ou para grandes sistemas de irrigação têm permitido diferentes processos de injustiça ambiental contra as populações mais pobres.

O debate da escassez como lembra Porto-Gonçalves (2005), tem funcionado como um poderoso mecanismo discursivo para o processo de valoração da água, dessa forma contribuindo para um esboço de uma geografia política dos recursos naturais, cada vez mais perversa.

Não menos importante, cabe destacar também a inscrição das lutas de classes e os processos de valoração dos recursos naturais, sobretudo da água como central nos processos de reprodução do capital no atual modelo agrário-agrícola da agricultura capitalista.

A agricultura capitalista realizada em grandes áreas do bioma cerrado tem possibilitado diferentes mecanismos de reprodução capitalista por meio da captação da água, uma vez que esse recurso natural torna-se central na urdidura do capital na atualidade, conforme alerta Thomaz (2012).

Se superficial, se represada, se disponível em aquíferos, a água tem ocupado importância no âmbito das políticas públicas que incidem sobre transposição – também denominada politicamente por integração de bacias, no caso do rio São Francisco, por meio dos Eixos Norte e Leste -, perenização de rios, construção de açudes, canais e dutos, manutenção de sistemas de bombeamento para irrigação etc. Outra face desse processo é a ação dos capitais privados que também investem em

suas estruturas próprias, a fim de garantirem acesso e controle sobre água, mas fundamentalmente usufruem e mantêm privilégios à base dos investimentos públicos. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p.8).

Diante desse quadro, destaca-se que o estado de Mato Grosso nas últimas décadas vem assumindo importante papel nas pautas de exportação agrícola do país, à medida que por intermédio da opção de implantação do modelo do agronegócio na reconfiguração do espaço agrário, com a medi(ação) do Estado iniciada pelas políticas do período, tornou o referido espaço, o “celeiro da produção agrícola”, como comumente enaltecem as históricas oligarquias regionais, bem como a grande mídia.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB (2017), o Mato Grosso no período de safra de 1990-1991 até 2015-2016, obteve um crescimento de área cultivada da soja de 1.100 milhões de hectares, para 9.455,0 milhões hectares respectivamente. Nesse sentido, cabe destacar que o estado teve um crescimento relativo de áreas destinadas para o plantio de soja de 731%, enquanto o número relativo nacional nesse mesmo período aponta para um crescimento de 241%.

Em consonância com os dados apresentados, que segundo dados da CONAB (2017), Mato Grosso teve uma participação de 27,5% na produção nacional de soja, ao passo que possuía 3 municípios no ranking de maiores produtores, a saber; Sorriso, Sapezal e Campo Novo do Parecis.

Na mesma esteira de mudança no padrão de utilização de terras no cerrado mato-grossense para a territorialização da agricultura capitalista, que segundo dados do CANASAT/INPE (2012), no período compreendido entre 2003 a 2013, ou seja, em uma década, o estado teve um aumento de 184% de utilização de terras para o setor sucroalcooleiro.

Todavia, essa expansão da agricultura capitalista com forte incentivo do Estado, não se dá sem conflitos, mormente por parte dos movimentos sociais e diferentes populações originárias em suas multiplicidades de lutas.

Nesse sentido, embora haja um considerável desconhecimento das várias “grafias” de Mato Grosso, sobretudo como produto da construção de subjetividade pela grande mídia brasileira quando essa constrói o discurso do “Brasil que dá certo” e/ou “grande celeiro”, devem-se apreender as lutas travadas no interior do modo capitalista de produção, as quais diversas populações vêm empreendendo historicamente no cerrado brasileiro e suas diferentes lutas em um processo de re-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006), dessa forma

apontando para outras “cartografias possíveis”, diferentes daquela ordenada pelo capital.

Em consonância com dito, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2011), o Estado do Mato Grosso possuía até o descrito ano, 535 projetos de “reforma agrária”, o que demonstra que por trás do mito do modelo de desenvolvimento de mão única, disseminado acerca do estado, há diferentes geografias sendo construídas por meio das lutas de classes dos camponeses, bem como por diferentes grupos sociais.

Todavia, se o estado de Mato Grosso emerge como símbolo desse “Brasil que dá certo” para uma elite historicamente moldada pela aliança de classes burguesia - grandes proprietários terras, por outro lado o estado em questão também pode ser visto como campo de possibilidade de (re)criação camponesa, do levante de outras matrizes de racionalidades (PORTO-GONÇALVES, 2006), pela emergência de outras formas a partir do local, da diversidade de lutas travadas no intento de outros significados com os recursos naturais, com o árduo processo de edificação de espaços de esperança.

Essa “nova configuração do latifúndio moderno” pelo país passa indubitavelmente pela perspectiva de uma geografia política ambiental/ ecologia política, haja vista que com a expansão da agricultura capitalista na região Centro-Oeste, se impôs sobre o cerrado, outras lógicas de uso da terra, portanto de trocas de energias nos ecossistemas locais. Nessa rumo a água ganha fundamental importância na reprodução capitalista, haja vista sua grande disponibilidade na região, bem como através das novas tecnologias de acesso a esse recurso, inauguradas com criação da divisão da EMBRAPA CERRADOS, na década de 1970.

Nesse sentido, aquilo que Mendonça (2007), vem denominando de *agrohídronegócios*, pode-ser-ia se configurar como uma legítima geografia política da água, como elemento preponderante de constituição de disputas e configurações territoriais no âmbito do estado de Mato Grosso nessas recentes urdiduras do capital.

Para além da territorialização do capital por meio da agricultura capitalista (OLIVEIRA, 2007), na perspectiva agrário-ambiental entra em jogo nessa urdidura das escalas, um legítimo monopólio dos recursos hídricos nessa região produtora, o que aponta para a necessidade de uma leitura capaz de transpor o rótulo de geografia agrária em seu caráter estrito, uma vez que a realidade exige uma leitura com maior complexidade diante do caráter multifacetado da territorialização do capital, diante de seu desenvolvimento desigual e combinado em áreas de expansão e consolidação da fronteira agrícola.

Em consonância com essa “geografia agrária e/ou política do capital”, que segundo Thomaz-Júnior (2008), na história presente há uma tendência cada vez maior de expansão da agricultura capitalista em áreas com ricas reservas de recursos hídricos, como vem ocorrendo corriqueiramente nos domínios morfoclimáticos do cerrado, os quais se caracterizam como importantes áreas de nascentes dos importantes rios do país. Nesse sentido, em concordância com Mendonça (2007), Thomaz Jr.(2012), esclarece acerca da territorialização do agrohidronegócio.

As frações do território em disputa (intra e inter-capital)- com a participação crescente de grupos estrangeiros- expressam não somente uma *nova geografia* do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina. O capital nada mais tem à disposição do que o Aquífero Guarani, o que lhe assegura o controle territorial das melhores terras e de mananciais de águas de subsolos para a irrigação, nada comparável em nenhuma outra parte do planeta, para destinação e uso comercial. (THOMAZ JR, 2012.p.10).

Há outra ecologia política em jogo na região do bioma cerrado, ou seja, em áreas de territorialização da agricultura capitalista, a qual permite na atualidade não tão somente o monopólio das terras por meio de diferentes formas de obtenção, porém se caracterizando com o monopólio de bacias hidrográficas, com potencial de produção energética, fazendo emergir novas facetas do espaço agrário brasileiro, nos quais o capital impõe diferentes dinâmicas de uso dos recursos naturais para além da problemática agrícola- ambientais já presentes.

A centralidade dos recursos hídricos na acumulação capitalista em Mato Grosso

Por conseguinte, dentro dessa centralidade da água enquanto meio de reprodução do capital, a indústria hidrelétrica vem ganhando cada vez mais envergadura em Mato Grosso, situação a qual se pode verificar na expansão tanto nas tipologias de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs, quanto pela utilização de médios/grandes empreendimentos hidrelétricos nos modelos UHEs, fato que está ligado ao processo instituição de novos sistemas de ações e objetos nas diferentes áreas do estado de Mato Grosso (SANTOS, 1996), à medida que essas se constituem como áreas de intensa territorialização do capital, bem como instituição de novos fluxos em consonâncias com a histórica expansão da fronteira agrícola.

Essa justaposição entre as atividades da agricultura capitalista do agronegócio e as

atividades de expansão do setor energético dota essa porção do espaço de técnica e de uma nova funcionalidade/ seletividade espacial.

Segundo Bermann (1991), esse processo de tecnificação por meio da expansão das empresas energéticas no Brasil, se deu com maior relevância a partir da década de 1970, uma vez que quando analisada a capacidade de geração, segundo o autor com a construção dos parques de produção hidrelétrica, no período entre 1975-1990, momento fundamental da política desenvolvimentista militar, essas obras representaram um incremento de 35.450 MW, representando 98% do total até então produzidos pelo setor. Ainda segundo Bermann (1990), esses dados representam um aumento 3 vezes maior quando comparado com período compreendido entre 1955-75.

Quadro-01- Produção dos estabelecimentos de produção hidrelétrica- 1974-2000.

Regiões das bacias	Até 1974	1975-90	Prev. 2000.
Sudeste	85,5%	26,8%	10,9%
Nordeste	13,3%	15,7%	16,2%
Sul	1,2%	47,1%	31,2%
Centro- Oeste	-	-	9,6%
Norte	-	10,4%	32,1%
Acrésc. Total (MW)	12315	35450	37416

Fonte: Bermann (1991).

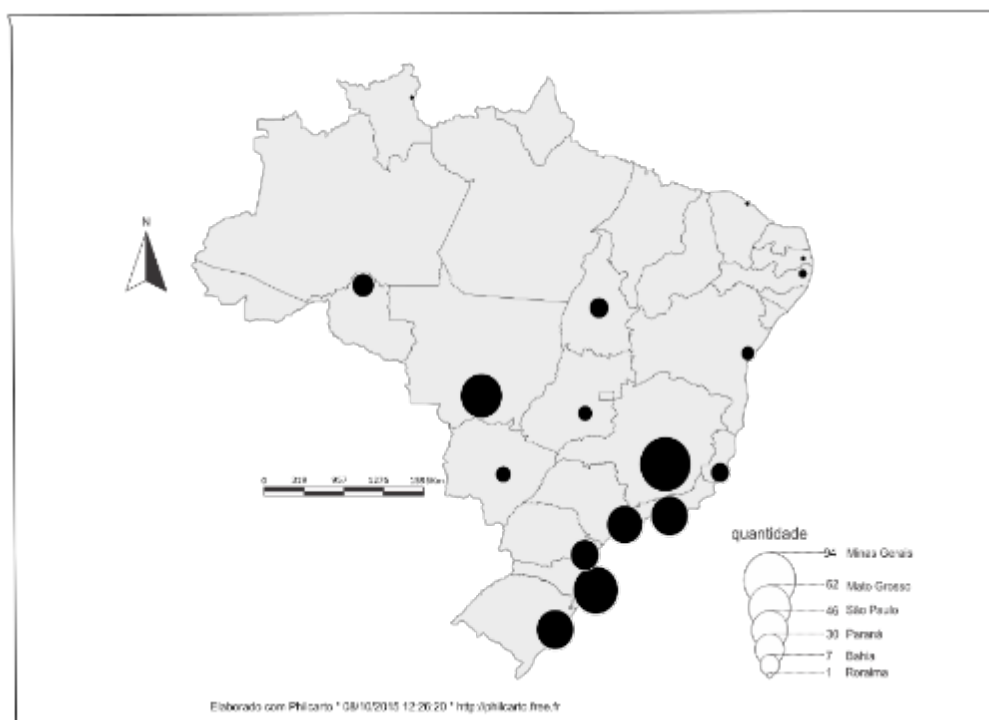
Embora os dados apresentados por Bermann (1991), se coloquem de forma genérica em função da distribuição do parque energético dividido por regiões geográficas do Instituto Nacional de Geografia e Estatística- IBGE, quando os mais sensato seria por bacias hidrográficas como forma de regionalização, demonstra importantes tendências da década de 1990, uma vez que pode-se depreender dessa leitura um recente movimento territorialização do setor hidro energético para novas áreas, à medida que somando-se a previsão de expansão para áreas da região norte e centro-oeste, chega-se a um percentual de 41,7% até o ano de 2000.

Não obstante esses dados apontassem apenas para uma previsão em função da análise do potencial hidrelétrico dessas áreas em função de suas geomorfologias propícias para a atividade dentro do paradigma dos grandes projetos, por outro lado, começa a vigorar, sobretudo nos estados do Centro-Oeste a expansão das Pequenas Centrais Hidrelétricas-

PCHs, como mecanismo de pequenos aproveitamentos, com relevante mudança no campo dos discursos ambientais e dos aspectos da governança, embora o Estado ainda se faça necessário sob outros mecanismos nessa mediação.

Mato Grosso como recente área de expansão dos pequenos aproveitamentos hidrelétricos, se destaca na região Centro- Oeste com maior número de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs, com um percentual de 74,5% de empreendimentos em operação e com 13% de participação do total nacional, apenas sendo superado pelos estados de Santa Catarina e Minas Gerais, respectivamente com percentuais de 15% e 19,6%.

Figura 01- Pequenas Centrais Hidrelétricas em Funcionamento no Brasil



Fonte: ANEEL

Torna-se diferencial nesse processo de territorialização do capital via monopolização das pequenas bacias hidrográficas, uma vez que logra no sentido de atender os interesses de grupos do agronegócio, como vem ocorrendo na região da bacia do Juruena, como bem elucidam Silva & Souza (2009), o que confirma a forte tendência já evidenciada por Thomaz Júnior (2012) e Mendonça (2007), quando os descritos autores apontam a racionalidade do capital em expandir suas atividades em locais com oferta de recursos hídricos para reprodução ampliada do capital nessas recentes tipologias de empreendimentos de produção energética,

vide exemplo o domínio do grupo Maggi.

Estas pequenas usinas são de uso particular da empresa Maggi & Companhia e as potências de instalações são inferiores a 30 MW, exceto, a PCH - Telegráfica. Dessa maneira, os empreendedores estão apropriando do rio aos poucos, haja vista que, segundo a Legislação Estadual do Meio Ambiente as construções podem ser feitas sem os estudos do EIA e RIMA por apresentar potência de instalação inferior a 30MW de potência. O que significa dizer que, para fugir da Legislação Federal no que diz respeito ao EIA e RIMA os empreendedores usam como estratégia a apropriação do rio de forma fragmentada com várias construções com potências inferiores a 30MW, é também uma forma de fugir dos tributos fiscais estaduais e municipais que tais empreendimentos são isentos. (SILVA e SOUZA, 2009, p.105).

O debate fomentado por Silva e Souza (2009) além de fornecer pistas interessantes acerca do discurso travestido de benefícios dos possíveis “menores” impactos sócio-ambientais das Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs, chama atenção para centralidade da governança nas estruturas de produção- reprodução capitalista do espaço em áreas até então mediadas pelo valor de uso quando focado nos modos de vidas e espaços vividos por diferentes populações que dependem dos rios que formam a descrita bacia hidrográfica no estado de Mato Grosso.

Acerca da mudança nos aspectos destacados acerca da governança, Harvey (2006) aponta, sobretudo no período neoliberal, um processo interessante do ponto de vista analítico da “geografia” do Estado, uma vez que elenca a abrupta mudança do *modus operandis* do administrativismo para empreendedorismo, como processos e políticas alicerçadas cada vez mais na fixação da aliança público-privado. Embora Harvey (2006) enfoque em seu debate a centralidade do debate urbano como principal elemento dessa urdidura do capital, no mesmo *viés* pode-se promover esse olhar acerca das descritas mudanças das governanças nas políticas energéticas de Estado, pois estas têm sido responsáveis pela estruturação de grandes grupos no Brasil, por meio de “parcerias” com o Banco Nacional de Desenvolvimento– BNDS, bem como maior flexibilização na legislação ambiental para essas tipologias de empreendimentos, aqui entendidos como de impactos ambientais fragmentados nas pequenas bacias.

Há nesse processo, sobretudo seguindo a lógica de reprodução capitalista do “latifúndio moderno”, o empoderamento dos grandes grupos do agronegócio com o monopólio de uso das bacias hidrográficas para a produção energética, implicando em uma perspectiva de uma gestão recursos hídricos que favorece o uso privado da água como mecanismo de reprodução capitalista, em detrimento do uso local coletivo dos recursos naturais, o que favorece a manutenção daquilo que Alier (2011) vem chamando de injustiça ambiental.

Em Mato Grosso em função de sua grande extensão territorial, notabilize-se como ponto crucial dessa “recente cruzada” do capital em busca de maximização da exploração/acumulação capitalista por meio dos recursos hídricos, sobretudo também pela sua condição de “portal da Amazônia” pelo eixo rodoviário da BR-163, o que demonstra a edificação de importantes sistemas de objetos e ações (SANTOS, 1996) na produção capitalista do espaço.

Ao analisar a expansão da indústria energética na região, se propõe a pensar no *viés* regional desse processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, naquilo que se classifica como arco do *hidronegócio* em Mato Grosso, haja vista a expansão das Pequenas Centrais Hidrelétricas e sua complementação aos grandes projetos vigentes na bacia do Teles Pires e grandes bacias da Amazônia Legal, denotando assim um vetor de expansão que acompanha a já histórica fronteira agrícola em direção aos grandes empreendimentos.

Nesse sentido, acredita-se que essa analogia a partir do debate fomentado por Becker (2009), a partir do setor *hidrelétrico*, pode ser bastante esclarecedora, à medida que contribui para apreender os diferentes processos *geo-históricos* de formação das “Amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Acerca do papel do Estado como importante agente do capital, cabe destacar que a região enfocada, norte de Mato Grosso foi receptáculo de diferentes políticas, sobretudo a partir dos grandes projetos da ditadura militar, o que remonta a um imbricado jogo de uma geografia agrária (política) cada vez mais perversa do ponto de vista da conversão da terra em mercadoria, bem como os diferentes processos ilícitos de açambarcamento da terra.

Esse processo arremate de terras da Amazônia por meio dos vultuosos incentivos do Estado com sua políticas territoriais, para além da posse privada da terra, abriu-se precedentes para a apropriação e monopolização dos recursos naturais como mecanismo de exploração ampliada pelo capital.

Cabe destacar que segundo Loureiro (2009), esses mecanismos políticos de domínio territorial da Amazônia não se dão cotidianamente somente no campo da materialidade, porém são constituídos por meio dos equívocos e mitos no campo da representação acerca das diferentes culturas- agroecossistemas regionais para além da ideia de última fronteira do capital.

Na prática, a Amazônia brasileira tem sido considerada nos planos governamentais como um sistema natural homogêneo em seus quase cinco milhões de quilômetros quadrados. Face a tais pressupostos equivocados sobre a natureza, as políticas voltadas para o planejamento regional que, ao longo dos últimos trinta e cinco anos estiveram a cargo dos organismos nacionais e regionais, criaram instrumentos e estímulos diversos à exploração da natureza que foram aplicados, sem cuidado ou

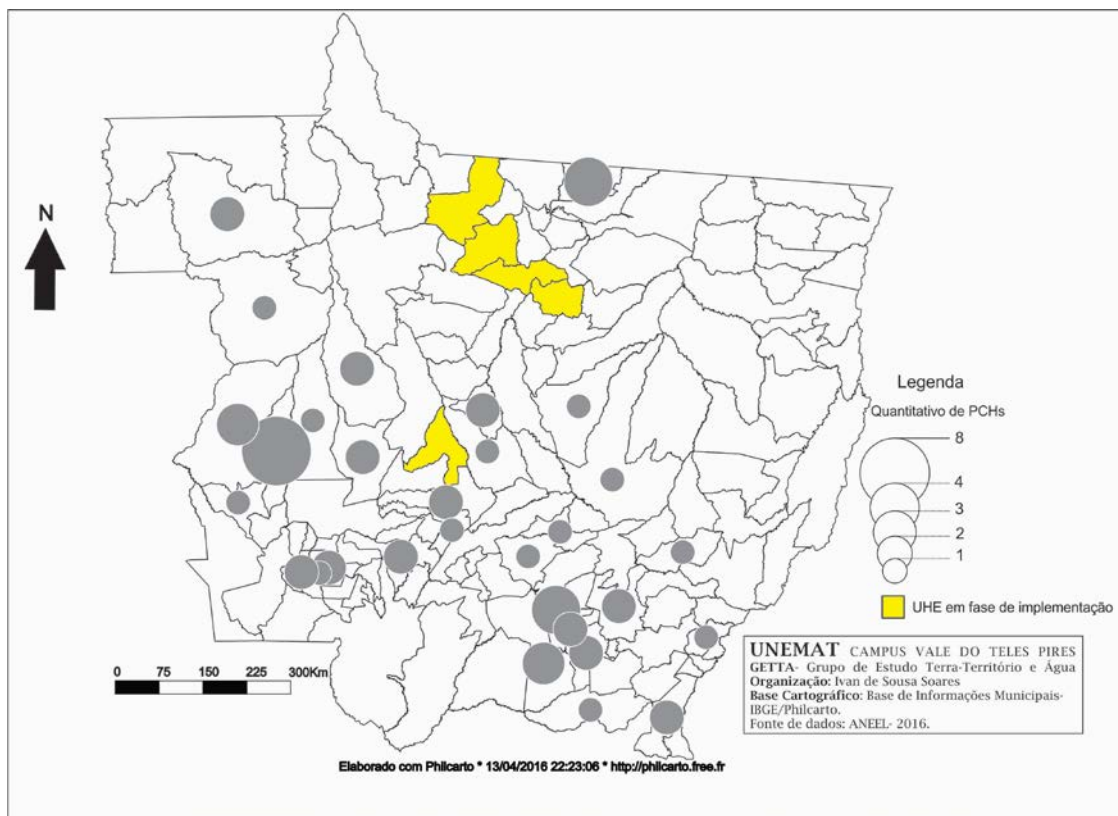
distinção, a quaisquer dos ecossistemas existentes. (LOREIRO, 2009, p. 101).

O que de fato denuncia a autora sobre as diferentes políticas empreendidas no processo de territorialização capitalista segue com a tendência cada vez mais homogeneizante do ponto de vista do entendimento dos diferentes modos de vidas e metabolismos sociedade-natureza presentes na Amazônia. Porto-Gonçalves (2012), elucida que há antes de tudo um processo intenso de desqualificação das falas e matrizes de racionalidades ambientais locais por parte dos grupos hegemônicos, diga-se o capital nas suas diferentes feições de territorialização.

Logo, noções (vazias politicamente) como de desenvolvimento regional se operacionalizam na escala do regional como um poderoso discurso e representação de uma realidade espacial imposta pelos grandes agentes do capital.

Mato Grosso em função do quantitativo de PCHs em funcionamento se destaca na região centro-oeste. Mais importante nesse processo é apreender esses pequenos empreendimentos de geração energética em sua relação e os pares do agronegócio em Mato Grosso, uma vez que essa ligação oferece pistas interessantes para pensar o caráter multifacetado do capital e suas diferentes tramas na produção capitalista do espaço e no estabelecimento de legítimos *hidroterritórios*, dessa forma demonstrando a singularidade daquilo que está se classificando como arco dos *agro-hidro-negócios* em Mato Grosso.

Figura 02- Mato Grosso- Pequenas Centrais Hidrelétricas em funcionamento e UHES em construção.



Fonte: ANEEL, 2016.

Os *hidronegócios* em Mato Grosso com o crescimento de licenças de implantação das Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs, emerge como um recente movimento de territorialização do capital, haja vista a mudança política da reestruturação da indústria energética no país, por meio da modernização/ descentralização e constituição de aparatos jurídicos de licenças e acesso para produção energética como políticas de Estado, sobretudo nos governos FHC e Lula.

Nesse sentido, diferente de outrora conforme consta no quadro-01, a indústria energética brasileira com esses processos apontados passa a protagonizar uma lógica espacial cada vez mais descentralizada em relação aos grandes consumidores do Centro-Sul do país, o que aponta para o desenvolvimento geográfico desigual, dada com isso a problemática ambiental e a relação de bônus e ônus desse processo de reprodução capitalista.

Dentro da lógica de reprodução do capital por meio da apropriação privada das bacias hidrográficas, cabe destacar que o rio Juruena, como importante afluente do Tapajós no estado de Mato Grosso possui 9 usinas do total de 62 em funcionamento.

Seguindo as vias da histórica expansão da fronteira agrícola/ capitalista no estado de Mato Grosso, por meio da BR- 163, a bacia do rio Teles Pires passa atualmente por intenso

processo expansão do setor hidrelétrico, como parte integrante dos projetos de expansão na bacia do rio Tapajós, o que aponta para uma regionalização do setor e/ou de recente área expansão para a formação do arco dos *hidronegócios*, haja vista a histórica expansão da agricultura capitalista que compõe a área compreendida, como o caso do município de Sinop (rio Teles Pires) e Sapezal (rio Juruena), importantes polos da produção de soja do país. Há evidenciada a territorialização capitalista sobre diferentes terras e populações originárias do estado.

Para além da reconhecida territorialização do capital na região por meio da expansão da agricultura capitalista impulsionada pela criação de novos eixos rodoviários no período militar, cabe destacar e até mesmo emergir com a hipótese, de que essas novas áreas de expansão do setor hidronegético têm se colocado como legítimos mecanismos de configuração de *hidroterritórios*, haja vista, a possibilidade reprodução capitalista conforme já aludido, bem como intensa medição do Estado na proposição e adequação do marco jurídico-ambiental para os grandes agentes do capital.

Acerca da relação recursos hídricos e território, Torres (2007) enfatiza;

Na abundância são cobiçados pelo poderio econômico como insumo econômico como insumo produtivo e na escassez são disputados pelas lideranças políticas e/ou ômicas para o domínio do território. (p.148).

Embora Torres (2007) tenha problematizado sobre a produção do espaço geográfico do semiárido para abordar as configurações territoriais, daquilo que a autora classifica como *hidroterritórios* sob os aspectos da escassez e os seus sentidos no processo de formação histórica das oligarquias políticas dessa região, portanto elucidando o direcionamento da governança no monopólio da água, em um processo reverso de abundância de recursos hídricos, torna-se possível também por meio da leitura da produção do espaço desses recentes processos de expansão agro-hidro-energética em Mato Grosso, pontuar a instituição de *hidroterritórios* que vem sendo instituídos pelo poderio da agricultura capitalizada e de diferentes projetos de produção hidrelétrica no estado.

Entende-se, portanto esses *hidroterritórios*, como locais de apropriação privada dos recursos hídricos pelo capital, capaz de se reproduzir como insumo produtivo, como vem ocorrendo com o crescimento no uso de pivôs centrais no agronegócio, conforme apontado pelo Atlas da Irrigação no Brasil (EMBRAPA/ANA), ou mesmo nos casos de produção

privada hidrelétrica nas diferentes tipologias de empreendimentos, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

Segundo dados do Relatório “Matriz Energética Nacional 2030” do Ministério de Minas e Energia publicado em 2007, a região Centro- Oeste aparece com 46% do potencial hidrelétrico não aproveitado, desta forma se configurando como áreas recentes de potencial exploração da indústria hidrelétrica brasileira. Segundo dados do mesmo documento, apenas 30% do potencial hidrelétrico brasileiro havia sido explorado, o que denota a importância de áreas recentes do Centro-Oeste e sua transição para a Amazônia Legal.

Nesse sentido, com essa recente expansão do setor *hidroenergético* em Mato Grosso, bem como a hipótese da instituição dos *hidroterritórios* como configuração do arco dos agro-hidro-negócios trazem também impactos em termo da economia regional do estado em função dos altos preços das terras já da região, portanto potencializando o caráter rentista da terra.

No campo teórico não se deve negligenciar a multidimensionalidade do território em sua ambivalência material- imaterial, pois além da emergência da água enquanto recurso/ insumo para reprodução capitalista, essa pode também se constituir com importante constructo simbólico para algumas populações, como ocorre com os povos originários da Amazônia.

Considerações finais

O debate elencado sobre a centralidade da água enquanto recurso de reprodução capitalista, bem como centro de disputa na relação de lutas de classe, se apresenta de forma vivaz no contemporâneo, sobretudo em função das opções econômicas de cunho desenvolvimentistas e de forte relacionamento do Estado com a iniciativa privada dentro da agenda neoliberal.

Mato Grosso como espaço receptáculo de diferentes estratégias de territorialização capitalista historicamente pelo fomento à agricultura capitalista no período militar passa novamente a figurar como centro de disputa atualmente com a indústria hidrelétrica, pois se configura como área de transição para a Amazônia, fato que já denota essa porção como estratégica para os projetos de “desenvolvimento regional” com o uso e monopólio das bacias hidrográficas, seja para a produção energética, ou mesmo para constituição de plataformas de escoamento da produção agrícola do agronegócio, como já vem ocorrendo no eixo Cuiabá-

Santarém-PA da rodovia BR-163.

Por fim, problematizar assim como Mendonça (2007) sobre o chamado *polígono do agrohidronegócio* no estado de Goiás, permite pensar a singularidade da região e sua relação com os grandes projetos hidrelétricos da Amazônia, portanto corroborando com a ideia inicial da formação do *arco dos agro-hidronegócios* na constituição de legítimos *hidroterritórios* do capital em Mato Grosso.

De fato a região por se tratar de “tradicional” área de expansão da agricultura capitalista por meio de mecanismos geopolíticos inaugurados no período militar, passa a figura no período contemporâneo como *locus* de conflitos no que se refere às diferentes formas de metamorfoseamento dos recursos naturais em mercadorias, com o protagonismo de grandes empresas dos hidronegócios, assim como dos grandes grupos empresariais da agricultura, sobretudo na expansão das PCH's na bacia do Juruena.

Como sub-região de entrada do bioma amazônico, existe uma série de estratégias do capital, com importante papel do Estado em seus diferentes mecanismos jurídicos/ políticos da legislação ambiental, para que avance essa fronteira ao norte do estado de Mato Grosso, seja por meio da expansão dos agro-hidro-negócios em seus processos de realização da mercadoria, ou até mesmo por meio dos processos de reestruturação da malha logística, dessa forma atribuindo outra dimensão funcional do espaço e de seletividade regional nos flancos da fronteira capitalista.

Referências Bibliográficas

ALIER. Joan Martínez. O ecologismo dos pobres. Trad. de Maurício Waldeman. São Paulo: Contexto, 2011.

BECKER, B.K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERMMAN, C. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos**: Uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil. 1991. 313 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Programa de Pós- Graduação em Engenharia Mecânica. Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.

DECKWIRTH, C. Agua: sector hirviente de la economia. In: GROSSE, R. *et al* (org.). **Las Canillas Abiertas de América Latina: La Resistencia a la apropiación privada del agua em América Latina y en el mundo**. Montevideo: Casa Bertold Brecht, 2006.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2.ed. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no Século XXI: Novas Formas de Desenvolvimento. São Paulo: Empório do livro, 2009.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O Agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências. In: I Encuentro Latino-americano Ciências Sociales y Represas, 2007, Salvador (BA). CD Room do I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas. Salvador (BA), 2007. p. 1-17.

O' CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: Héctor Alimonda. (org.). Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/ Labor Edições, 2007. Disponível em <<http://www.ffch.usp.br/dg/gesp>> Acesso em: 13 jun.2016.

PICOLI, F. A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia. Florianópolis: Editora em Debate, 2012.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. Água não se nega a ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes) in PARREIRA, C. e ALIMONDA, H (org). Políticas públicas ambientais latino-americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Ed. Abaré, 2005.

_____. A Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Amazônia, Amazônias. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA. Tânia Paula. SOUZA, Nanci dos Santos. **Rio Juruena: constituição do Território de um povo**. In: Terra Livre, n.33, v.2, 2009. Disponível em <http://www.agb.org.br/files/TL_N33.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

THOMAZ JÚNIOR. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. In: Revista OKARA: Geografia em Debate, n.1, v.6, 2012. Disponível em <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/13602/7735>> Acesso em 26 jun. 2016.

TORRES, A.T.G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): Os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. 2007. 121 f. dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2007.